

Acordo com a França abre chances de crédito para setores público e privado

por Maria Helena Tachinardi
de Brasília

O acordo bilateral no âmbito do Clube de Paris firmado com a França na última sexta-feira, em Brasília, começa a proporcionar várias possibilidades de obtenção de novos créditos comerciais para os setores público e privado e desbloqueio de recursos contratados antes de 1982, especialmente para as usinas de Candiota e Porto Primavera e para a Ferrovias Paulistas S/A (Fepasa).

"O acordo bilateral está abrindo várias portas", comentou a este jornal Gilles Baudouin, conselheiro econômico e comercial da embaixada francesa. Ele lembrou, porém, que novos créditos ao setor público somente serão garantidos pela Compagnie Française D'Assurance Aux Crédits D'Exportation (Coface), depois que o governo pagar os atrasados acumulados no período anterior a 31 de março de 1983 (data do "cut-off-debt"), o que deverá ocorrer até o final deste ano.

A cautela da França em relação aos créditos para o setor público se deve a recomendação do Fundo Monetário Internacional (FMI) de redução do déficit, observa Baudouin.

O estado francês é o segundo maior fornecedor de créditos ao Brasil, depois dos EUA e do Japão, somente perdendo para a Alemanha. O volume de novos financiamentos concedidos ao Brasil dependerá porém, de uma decisão do ministro das finanças da França, mas como lembra o embaixador Jean-Bernard Ouvrieu, seu país, que tem a presidência do Clube de Paris, está empenhado na inserção interna-

cional do Brasil e conta com a assinatura, até dezembro, de acordos bilaterais com 13 credores, de forma a que novos créditos possam fluir rapidamente.

PLATAFORMA DE PETROLEO

Para Ouvrieu, o acordo firmado com a França, na última sexta-feira, dará impulso à assinatura de novos acordos. Ele observou que a França está disposta a revitalizar também créditos negociados no passado e suspensos quando o Brasil deixou de pagar seus fornecedores, no período 1989/1990. Nesse caso se incluem um protocolo financeiro assumido pelo governo paulista para a aquisição de equipamentos hospitalares e uma linha de crédito para a Petrobrás comprar plataformas de exploração de petróleo.

As usinas de Candiota e Porto Primavera e a Fepasa também terão direito a utilizar uma parte dos créditos que ainda não foi alocada porque não houve contrapartida local. Nessas operações, os recursos franceses correspondem a 40% do valor dos equipamentos.

A Coface abriu garantias ao setor privado desde o início do ano e está examinando várias operações de crédito. A Petrobrás e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) também se incluem na categoria de empresas privadas porque o Banco Central as autorizou a pagar seus fornecedores diretamente.

Segundo Baudouin, desde o segundo trimestre deste ano tem havido maior procura por parte dos empresários brasileiros de equipamentos franceses em vários setores: indústrias de papel, telecomunicações e energia e química.